Demonstrações Contábeis Regulatórias

Rosal Energia S.A.

31 de dezembro de 2024
com Relatório do Auditor Independente

Classificação: Direcionado

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024 1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias 9

BALANÇOS PATRIMONIAIS 10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 12
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 13
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 14
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS 16
1. CONTEXTO OPERACIONAL 16
2. BASE DE PREPARAÇÃO 17
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 19
4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS 19
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 20
6. DEPÓSITOS JUDICIAIS 20
7. IMOBILIZADO 21
8. INTANGÍVEL 22
9. FORNECEDORES 23
10. PROVISÕES 23
11. TRIBUTOS 24
12. ENCARGOS SETORIAIS 27
13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 27
14. RECEITA 30
15. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA “A” 30
16. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA “B” 31
17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS 32
18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 32
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS 34
20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO 37

TERMO DE RESPONSABILIDADEADE 42

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Rosal Energia S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A ROSAL ENERGIA

A Rosal Energia S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, subsolo 1, Sala 8, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a geração e a comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza. Poderá, para tanto, elaborar estudos de viabilidade e projetos, promover a construção, a operação, a manutenção de usinas de geração e, bem assim, a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética. A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

Capacidade instalada

Central Gerada	Capacidade instalada (MW) (Não auditado)
Rosal	55

Parque Gerador – Características Físicas

Usina	Potência Total (MW) (Não auditado)	Garantia Física Total (Não auditado)	Tipo de Usina	Início de Operação Comercial	Vencimento da Outorga
Rosal	55	27,7	UHE	1999	13/12/2035

Garantia Física Realizada e Esperada em MW (não auditado)

Usina	2023 Realizado	2024 Realizado	2025	2026	2027	2028	2029
Rosal	27,7	27,7	27,7	27,7	27,7	27,7	27,7

Modelo de Negócio e Condições no ACR

Classificação: Direcionado

Usina	Modelo de Negócio em 31/12/2024	Preço no ACR em 31/12/2024	Data e índice de reajuste no ACR
Integral			
Rosal	100% ACL	Não aplicável	Não aplicável

Projetos de usinas – evolução física e investimentos (Não auditado)

Usina	Evolução física até 31/12/2023	Investimento realizado até 31/12/2023	Evolução física até 31/12/2024	Investimento realizado até 31/12/2024
Rosal	100%	10.395	100%	10.395

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, é de R$46.944 mil, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024. Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA. O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) de geração, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Classificação: Direcionado

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

INVESTIMENTOS

Com a finalidade de manter a adequada funcionalidade e disponibilidade da usina, a Rosal Energia realiza os investimentos necessários para a manutenção dos processos e rotinas da usina, além de atendimento a requisitos legais ambientais e de segurança de barragens.

Através de técnicas de engenharia de confiabilidade, é realizado o diagnóstico de suas instalações com o objetivo de identificar os investimentos necessários para garantir a disponibilidade do ativo, redução dos riscos estrutural e funcional das barragens e às pessoas e equipamentos, e atendimento aos requisitos ambientais, regulatórios e obrigações legais.

Em 2024, a companhia investiu R$ 5.461 mil, desse montante destaca-se a ampliação da obra de estabilização da encosta direita a jusante da barragem da usina.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado do Exercício

A Companhia apurou um lucro regulatório de R$25.216 mil em 2024, em comparação ao resultado de R$29.891 mil em 2023.

Receita Operacional

A receita bruta de fornecimento de energia elétrica foi de R$63.667 mil em 2024 (R$61.114 mil em 2023), que representa um aumento de 4,18%.

Tributos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os tributos e encargos incidentes sobre a receita foram de R$15.577 mil em 2024, comparados a R$15.872 mil em 2023, representando uma redução de 1,86%.

Vide mais informações sobre a composição da receita operacional na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Custos e Despesas Operacionais

Os custos e despesas operacionais totalizaram R$23.295 mil em 2024, comparado a R$17.140 mil em 2023, representando um aumento de 35,91%, dos quais R$11.296 mil (48,50%) referem-se aos custos não gerenciáveis e R$11.999 mil (51,50 %) referem-se

Classificação: Direcionado

aos custos gerenciáveis. Essa variação decorre, principalmente, do aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro em 2024 foi uma receita financeira líquida de R$3.101 mil, comparada a uma receita financeira líquida de R$3.243 mil em 2023, representando uma redução de 4,38%.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2024, a Companhia apurou despesas no montante de R$2.680 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 9,61% em relação ao lucro de R$27.896 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2023, a Companhia apurou o montante de R$1.454 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, representando 4,64% em relação ao lucro de R$31.345 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA da Companhia foi de R$27.878 mil (R$31.066 mil em 2023) e a Margem do LAJIDA foi de 68,31% no mesmo período (68,67 % em 2023), conforme demonstrado a seguir:

	2024	2023	Var. %
Resultado Líquido	25.216	29.891	(15,64)
Despesa de IR e CS	2.680	1.454	84,32
Resultado Financeiro	(3.101)	(3.243)	(4,38)
Depreciação	3.083	2.964	4,01
LAJIDA	**27.878**	**31.066**	**(10,26)**

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras contábeis regulatórias, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP n° 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2025, a seguinte proposta de destinação do resultado societário de 2024, no montante de R$23.164, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R$2.052, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2024:

Classificação: Direcionado

- R$10.000 mil distribuídos como dividendos intercalares em 2024;
- R$2.608 mil referente aos dividendos mínimos obrigatórios, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira o permitir; e
- R$12.608 mil para constituição de reserva especial, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e

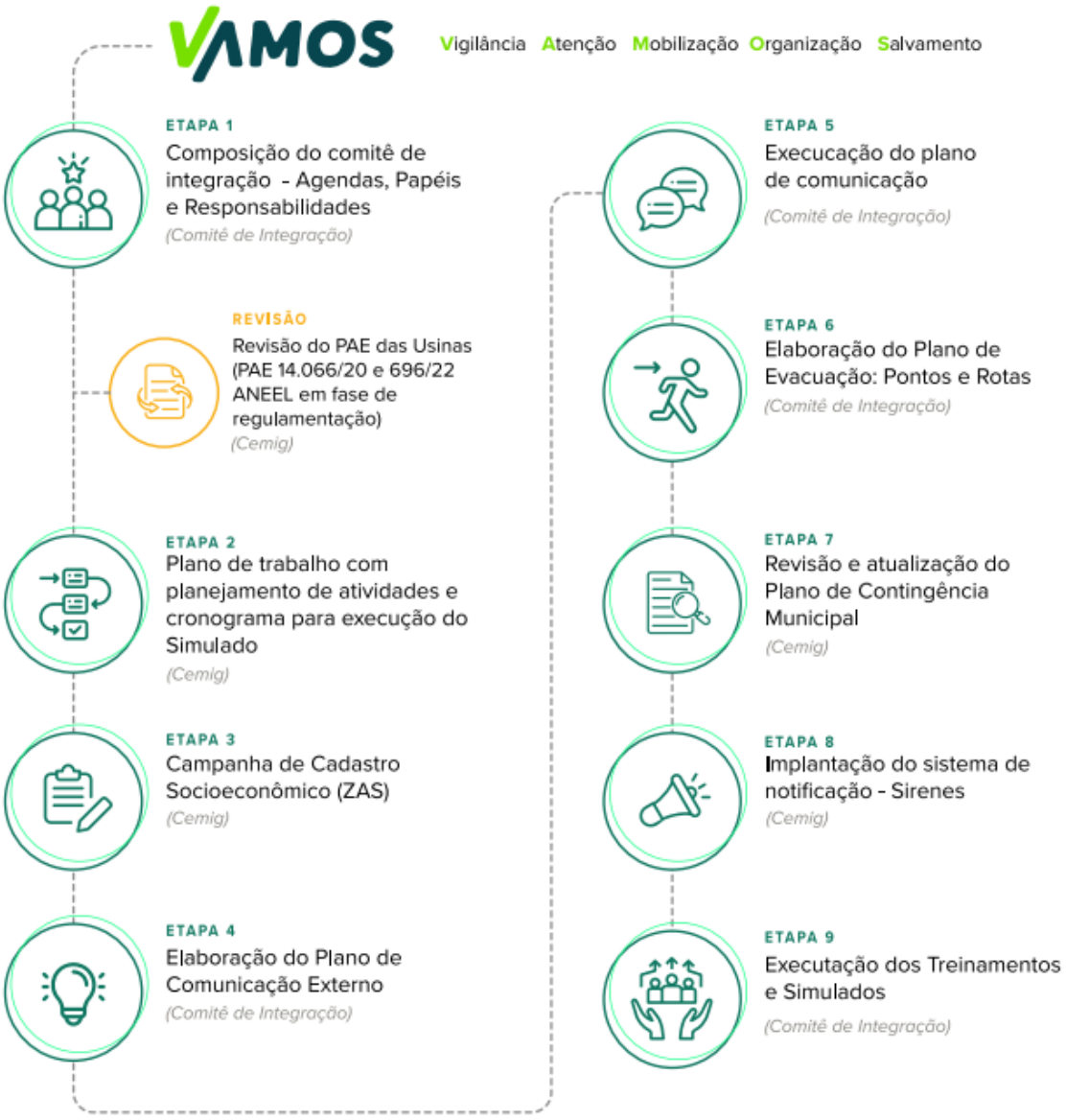
Classificação: Direcionado

- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.
Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:

Classificação: Direcionado



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;
- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONs-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de

Classificação: Direcionado

Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civis Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia manifesta seu agradecimento aos seus acionistas controladores pela confiança e apoio recebido durante o ano. Estende, também, os agradecimentos às demais Autoridades Federais, Estaduais e Municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

Classificação: Direcionado

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

Rosal Energia S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Rosal Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Rosal Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rosal Energia S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Rosal Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outros assuntos

A Rosal Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 30 de junho de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos Auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de junho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG

Samuel Alisson Epaminondas Cabral
Contador CRC GO-018421/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	869	2.963
Investimentos temporários	4	1.504	6.190
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	12.757	7.236
Tributos compensáveis		289	65
Outros ativos		453	377
TOTAL DO CIRCULANTE		**15.872**	**16.831**
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos temporários	4	567	-
Tributos compensáveis		660	571
Depósitos judiciais	6	547	543
Imobilizado	7	57.519	54.474
Intangível	8	7.026	7.631
Direito de uso		203	323
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**66.522**	**63.542**
ATIVO TOTAL		**82.394**	**80.373**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Classificação: Direcionado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2024	2023
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	3.838	1.826
Obrigações sociais e trabalhistas		727	702
Impostos, taxas e contribuições	11a	1.872	822
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11b	176	126
Encargos setoriais	12	1.061	1.428
Dividendos a pagar	13	2.608	1.744
Convênio de compartilhamento	18	213	255
Outros passivos		103	96
TOTAL DO CIRCULANTE		**10.598**	**6.999**
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, taxas e contribuições	11a	652	594
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11c	232	281
Encargos setoriais	12	1.548	707
Provisões	10	94	85
Outros passivos		169	269
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**2.695**	**1.936**
TOTAL DO PASSIVO		**13.293**	**8.935**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	46.944	46.944
Reservas de capital		160	160
Reservas de lucros		21.997	24.334
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**69.101**	**71.438**
PASSIVO TOTAL		**82.394**	**80.373**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Classificação: Direcionado

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
RECEITA BRUTA	14	**63.667**	**61.114**
Fornecimento de energia elétrica		66.817	62.768
Energia elétrica de curto prazo		(3.150)	(1.654)
TRIBUTOS	14	**(11.920)**	**(12.321)**
ICMS		(10.892)	(10.473)
PIS/Pasep		(183)	(329)
Cofins		(845)	(1.519)
ENCARGOS – PARCELA "A"	14	**(3.657)**	**(3.551)**
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(481)	(452)
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.121)	(1.141)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(1.929)	(1.866)
Taxa de Fiscalização Serviço de Energia Elétrica – TFSEE		(126)	(92)
RECEITA LÍQUIDA	14	**48.090**	**45.242**
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		**(11.296)**	**(5.986)**
Energia elétrica comprada para revenda		(6.296)	(1.087)
Encargos de uso da rede de distribuição		(5.000)	(4.899)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**36.794**	**39.256**
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		**(11.999)**	**(11.154)**
Pessoal e administradores		(2.673)	(2.586)
Materiais		(515)	(395)
Serviços de terceiros		(5.570)	(4.536)
Arrendamentos e aluguéis		-	(27)
Seguros		-	(90)
Tributos		-	(517)
Depreciação e amortização		(3.083)	(2.964)
Provisões		(9)	7
Gastos diversos		(149)	(32)
RESULTADO DA ATIVIDADE		**24.795**	**28.102**
Resultado financeiro		**3.101**	**3.243**
Receitas financeiras		3.274	3.449
Despesas financeiras		(173)	(206)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**27.896**	**31.345**
Despesas com tributos sobre o lucro	11	(2.680)	(1.454)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		**25.216**	**29.891**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Classificação: Direcionado

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
RESULTADO DO EXERCÍCIO	**25.216**	**29.891**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**25.216**	**29.891**

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Classificação: Direcionado

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	**46.944**	**160**	**9.385**	**12.783**	**-**	**69.272**
Dividendos Adicionais Propostos 2020	-	-	-	(12.779)	-	(12.779)
Resultado do exercício	-	-	-	-	29.891	29.891
Destinação do resultado proposta à AGO:		-				
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(13.202)	(13.202)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-		(1.744)	(1.744)
Dividendos adicionais	-	-	-	14.945	(14.945)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	**46.944**	**160**	**9.385**	**14.949**	**-**	**71.438**
Pagamento de dividendos adicionais de 2023	-	-	-	(14.945)	-	(14.945)
Resultado do exercício	-	-	-	-	25.216	25.216
Destinação do resultado proposta à AGO:						
Dividendos intercalares	-	-	-	-	(10.000)	(10.000)
Dividendos obrigatórios	-	-	-		(2.608)	(2.608)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	12.608	(12.608)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	**46.944**	**160**	**9.385**	**12.612**	**-**	**69.101**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

Classificação: Direcionado

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	25.216	29.891
Ajustes por:		
Depreciação (Nota 7)	3.083	2.964
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 11)	2.680	1.454
Variação monetária depósitos judiciais	(4)	(5)
Provisões	9	(7)
Rendas de aplicação financeira	(1.740)	(2.559)
	29.244	**31.738**
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e permissionárias	(5.521)	(1.428)
Tributos compensáveis	(1.417)	(197)
Depósitos judiciais	-	1
Outros ativos	(17)	443
	(6.955)	**(1.181)**
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	2.012	467
Obrigações sociais e trabalhistas	25	(25)
Impostos taxas e contribuições	1.108	339
Encargos setoriais	474	(715)
Convênio de compartilhamento	(42)	1
Outras obrigações	(93)	262
	3.484	**329**
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**25.773**	**30.886**
Juros resgatados	1.727	2.490
Imposto renda e contribuição social pagos	(1.575)	(1.800)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**25.925**	**31.576**
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações em Títulos e Valores mobiliários	**(46.462)**	**(42.091)**
Resgate de Títulos e valores mobiliários	50.593	51.865
Adição em Imobilizado (Nota 7)	(5.461)	(2.527)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO)I PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1.330)**	**7.247**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(26.689)	(38.760)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**(26.689)**	**(38.760)**
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(2.094)**	**63**
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.963	2.900
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	869	2.963
	(2.094)	**63**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis Regulatórias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Rosal Energia S.A. ("Companhia" ou "Rosal"), sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, sediada em Belo Horizonte – MG e tem por objetivo a produção e comercialização de energia elétrica produzida na Usina Hidrelétrica de Rosal ("UHE Rosal"). A Companhia tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT") e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais ("Cemig").

A UHE Rosal está localizada nos municípios de Bom Jesus de Itabapoana, no Estado do Rio de Janeiro, e São José do Calçado e Guaçuí, no Estado do Espírito Santo. O Contrato de Concessão para Geração e Transmissão de Energia Elétrica nº 001/97 foi assinado em 08 de maio de 1997, com prazo de duração da concessão para exploração de 35 anos.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a Aneel alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a Rosal, o prazo de extensão foi de 1.314 dias, com novo fim da concessão previsto para 12/2035. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

A UHE Rosal foi construída em 1999 e adquirida pela Cemig em dezembro de 2004. A Companhia é certificada nas normas ISO 9001, 14001 e OHSAS 18001.

A Companhia teve sua licença de operação renovada, no início de março de 2011, por mais oito anos, já tendo sido protocolado no IBAMA novo pedido de renovação, conforme prazo estabelecido pelo órgão ambiental. Entre as ações implantadas, estão os programas de educação ambiental, de qualidade da água, reflorestamento das margens e recuperação de áreas degradadas, conservação e uso do reservatório, monitoramento de processos erosivos e a criação dos parques naturais municipais de Guaçuí (ES) e Bom Jesus do Itabapoana (RJ).

O pedido de renovação da Licença de Operação - LO, vencida em 02/03/2019, foi protocolado dentro do prazo legal e essa se encontra prorrogada automaticamente até a manifestação definitiva do IBAMA. Em fevereiro de 2022, o IBAMA emitiu ofício 27/2022/CGTEF/DILIC confirmando a prorrogação automática.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel por meio da Resolução Normativa nº 933 de 18 de maio de 2021.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Financeiras societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras regulatórias distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa e apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis Regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

Em 30 de junho de 2025, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Contábeis Regulatórias referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis Regulatórias exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis Regulatórias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 8 – Intangível (previsão de vida útil dos ativos);
- Nota 14 – Receita (reconhecimento do fornecimento não faturado de Energia Elétrica);
- Nota 19 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos (mensuração dos valores justos).

2.5 Principais práticas contábeis regulatórias

As principais políticas contábeis materiais utilizadas são as mesmas do societário e estão apresentadas nas demonstrações financeiras societárias, exceto quanto ao que estabelece a norma a seguir:

a) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço, pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas na Resolução 674/15, Manual de Controle Patrimonial vigente emitido pelo Órgão Regulador, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de geração de energia elétrica, ajustadas em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, nos contratos de concessão com esta previsão. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos nas demonstrações do resultado no momento do encerramento das ordens de desativação e de alienação.

b) Intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os ativos referentes à servidão. São mensurados pelo custo incorrido na data da sua aquisição ou formação, menos as despesas de amortização, que quando aplicável é calculada pelo método linear.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a. %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Bancos conta movimento				198	41
Aplicações financeiras					
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	CDI		80% a 108,5%	-	102
Overnight (1)	Pré- fixada	11,91% a 12,15 %	11,42% a 12,65 %	671	2.820
TOTAL				**869**	**2.963**

(1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

4. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS

	Indexador	Taxas médias a.a %		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
Circulante					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs			103% a 104,3%	-	592
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	108,6% a 111,98%	1.178	3.815
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	CDI	TR + 1% a 122,90%	TR + 1% e 118,69%	21	63
Debêntures	Selic	12,41% a 12,45%	11,83% a 11,85%	305	1.720
				1.504	**6.190**
Não circulante					
Letras Financeiras Bancos - LFs	CDI	104,2% a 112,0%	-	567	-
				567	**-**
TOTAL				**2.071**	**6.190**

A classificação destes investimentos temporários está demonstrada na nota explicativa nº 19. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 18.

A Companhia classifica de forma consistente os rendimentos resgatados desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Descrição	Valores correntes	Valores renegociados		Total 2024	Total 2023
	Corrente a vencer	Renegociados vencidos			
	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
Fornecimento de energia	-	**6.925**	**2.033**	**8.958**	**3.036**
Fornecimento industrial	-	6.925	2.033	8.958	**1.694**
Fornecimento não faturado		-	-	-	1.341
(-) Arrecad. processo classif.	-	-	-	-	1
(-) Arrecad. processo classif. Suprimento	**(80)**			**(80)**	
Suprimento - Encargo de rede não faturado	**3.879**	-	-	**3.879**	**4.200**
TOTAL	**3.799**	**6.925**	**2.033**	**12.757**	**7.236**

Não há valores relevantes vencidos e não há perspectiva de perda. Dessa forma, não foi necessária a constituição de provisão para perda de créditos esperadas.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a consumidores e revendedores está divulgada na nota explicativa nº 19.

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Do total de Depósitos Judiciais, no montante de R$547 em 31 de dezembro de 2024 (R$543 em 31 de dezembro de 2023), R$389 (R$387 em 31 de dezembro de 2023) são referentes a ações trabalhistas movidas por empregados da Companhia, R$133 (R$133 em 31 de dezembro de 2023) são referentes a ações tributárias e R$25 (R$23 em 31 de dezembro de 2023) estão relacionados a ações de outras naturezas.

7. IMOBILIZADO

As taxas anuais de depreciação são definidas por tipo de bem, conforme a Resolução Aneel nº 674, de 11 de agosto de 2015, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em Serviço							
Geração	**2,50%**	**98.401**	**(48.425)**	**49.976**	**94.160**	**(46.014)**	**48.146**
Custo Histórico		98.401	(48.425)	49.976	94.160	(46.014)	48.146
Em Curso							
Geração		**7.543**	**-**	**7.543**	**6.328**	**-**	**6.328**
TOTAL AIS + AIC		**105.944**	**(48.425)**	**57.519**	**100.488**	**(46.014)**	**54.474**

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em serviço	Valor bruto em 31/12/2023	Baixas (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração							
Terrenos	2.035	-	-	2.035	-	2.035	2.035
Reservatórios, barragens e adutoras	42.356	-	-	42.356	(22.198)	20.158	21.041
Edificações, obras civis e benfeitorias	16.206	-	-	16.206	(9.106)	7.100	7.481
Máquinas e equipamentos	33.439	(5)	4.246	37.680	(17.001)	20.679	17.583
Veículos	76			76	(76)	-	-
Móveis e utensílios	48	-	-	48	(44)	4	6
Subtotal	**94.160**	**(5)**	**4.246**	**98.401**	**(48.425)**	**49.976**	**48.146**

Ativo Imobilizado em curso	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2024	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024	Valor líquido em 31/12/2023
Geração								
Máquinas e equipamentos	5.708	367	-	(4.246)	1.829	-	1.829	5.708
Edificações, obras civis e benfeitorias	42		-	-	42	-	42	42
Outros	578	5.094	-	-	5.672	-	5.672	578
Subtotal	**6.328**	**5.461**	**-**	**(4.246)**	**7.543**	**-**	**7.543**	**6.328**
Total do Ativo Imobilizado	**100.488**	**5.461**	**(5)**	**-**	**105.944**	**(48.425)**	**57.519**	**54.474**

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em curso	Material/ Equipamentos	Serviços de terceiros	Total
Máquinas e equipamentos	109	258	367
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	5.094	5.094
Total das adições	**109**	**5.352**	**5.461**

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel. Com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. A taxa média de depreciação em 2024 é de 2,50% (2,48% em 2023).

8. INTANGÍVEL

Ativo Intangível	2024			2023		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Geração						
Servidão	249	-	249	249	-	249
Ativos da Concessão - GSF	8.900	**(2.123)**	6.777	8.900	**(1.518)**	7.382
Total do Ativo Intangível	**9.149**	**(2.123)**	**7.026**	**9.149**	**(1.518)**	**7.631**

A movimentação do intangível é como segue:

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2023	Valor Bruto em 31/12/2024	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2023
Em Serviço					
Geração					
Servidão	249	249	-	249	249
Ativos da Concessão - GSF	8.900	8.900	**(2.123)**	6.777	7.382
Total do Ativo Intangível	**9.149**	**9.149**	**(2.123)**	**7.026**	**7.631**

O ativo intangível de servidão refere-se ao direito de acesso aos terrenos por onde passam as linhas de transmissão e, portanto, não é amortizado.

9. FORNECEDORES

	2024	2023
Circulante		
Operação e manutenção de usina	3.688	1.811
Encargos de uso da rede de distribuição	16	15
Energia de curto prazo - CCEE	134	-
	3.838	**1.826**

10. PROVISÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Provisões		
Ambientais	94	85
	94	**85**

	31/12/2023	Adições	Reversões	Liquidações	31/12/2024
Provisões					
Outras	85	9	-	-	94
	85	**9**	**-**	**-**	**94**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia provisionou processo de natureza ambiental, no montante de R$94 (R$85 em 31 de dezembro de 2023), o qual discute a autuação quanto ao suposto não atendimento de notificações provenientes de entidades ambientais competentes. Adicionalmente, possui passivo contingente relacionado a processo de natureza patrimonial, cuja expectativa de perda é considerada possível, no montante de R$246 (R$ 221 em 31 de dezembro de 2023), que se refere à constituição de faixa de servidão para passagem de linha de transmissão.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

11. TRIBUTOS

a) Impostos, Taxas e Contribuições

	2024	2023
Circulante		
PASEP	30	26
COFINS	139	118
ICMS	1006	264
INSS	271	143
ISS	373	203
Outros	53	68
	1.872	**822**
Não circulante		
Cofins diferido	536	488
PIS/Pasep diferido	116	106
	652	**594**
Total	**2.524**	**1.416**

b) Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher

	2024	2023
Circulante		
Imposto de renda	68	26
Contribuição social	108	100
Total	**176**	**126**

c) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

	2024	2023
Não Circulante		
Imposto de Renda diferido	151	185
Contribuição Social diferida	81	96
Total	**232**	**281**

d) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

	2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Receita Operacional Total	63.728	63.728
ICMS ST	(7.601)	(7.601)
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Operacional Tributada	**4.490**	**6.735**
Receita Financeira sobre resgate efetivo de aplicações financeiras	1.829	1.829
Outras Receitas Financeiras	1.183	1.183
Base de Cálculo	**7.502**	**9.747**
Alíquota	15%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.125**	**877**
Imposto de Renda adicional (10% sobre o valor superior a R$180)	726	0
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Total	**1.852**	**877**
Renda de aplicações	1.744	1.744
Renda de aplicações resgatadas	1.829	1.829
Rendas de aplicações não resgatadas	(85)	(85)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Rendas	**(21)**	**(8)**
Receita por competência diferida	(61)	(61)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	**(5)**	**(7)**
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Receita por Competência	**(1)**	**(1)**
Amortização Custo GSF Diferido	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferimento Amortização Custo GSF	**(12)**	**(7)**
Corrente	**1.852**	**877**
Diferido	**(35)**	**(14)**

	2023	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	62.175	62.175
Exclusão ICMS ST	(7.673)	(7.673)
Percentual de Presunção	8%	12%
	4.360	6.540
Receita Financeira Sobre Resgate Efetivo de Aplicações	2.828	2.828
Outras Receitas Financeiras	857	857
Base de Cálculo - Lucro Presumido	8.045	10.225
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.207	920
Adicional (10% sobre valor superior a R$240)	781	-
IR e CS - Lucro Presumido	**1.987**	**920**
Acerto de crédito	(858)	(463)
Rendas de Aplicações	2.591	2.591
Renda de aplicações resgatadas	2.828	2.828
Rendas de aplicações não resgatadas	(237)	(237)
Alíquota	25%	9%
	(60)	**(21)**
Receita por competência (receita diferida)	(1.060)	(1.060)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de Cálculo	(85)	(127)
Alíquota	25%	9%
	(21)	**(11)**
Ganhos com repactuação do risco hidrológico (líquido amortização)	(607)	(607)
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(49)	(73)
Alíquota	25%	9%
	(12)	**(7)**
Corrente	**1.129**	**457**
Diferido	**(93)**	**(39)**

12. ENCARGOS SETORIAIS

	2024	2023
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR	431	356
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	13	8
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	16	14
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	549	440
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11	572
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	32	28
CDE sobre P&D	9	8
	1.061	**1.426**
Não circulante		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.548	707
	1.548	**707**
TOTAL	**2.609**	**2.133**

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$46.944, constituído por 46.944.467 (quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão – CEMIG GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel.

b) Reservas

Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2024	2023
Reservas de lucros		
Reserva legal	9.389	9.389
Reserva de retenção de lucros	12.608	14.945
	21.997	**24.334**

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu Reserva Legal em 2024, uma vez que está limitada a 20% do Capital Social.

Reserva Especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R$12.608 em 2024, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir, compondo dessa forma, o saldo da reserva de retenção de lucros.

Reserva de Retenção de Lucros

A reserva de retenção de lucros refere-se aos lucros não distribuídos para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pela Diretoria Executiva da Companhia.

c) Dividendos

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que a Diretoria Executiva poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado societário está demonstrado abaixo:

	2024	2023
Dividendos obrigatórios		
Resultado societário do exercício	23.164	27.839
Realização do custo atribuído	2.052	2.052
	25.216	**29.891**
Dividendos obrigatórios	2.608	1.744
Dividendos intermediários pagos	10.000	13.202
Reservas de retenção de lucros	12.608	14.945
Total dos dividendos	**25.216**	**29.891**

d) Destinação do Resultado de 2024 – Proposta da Administração

Destinação do Resultado de 2024 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária - AGO a ser realizada em 2025, a seguinte proposta de destinação do resultado societário de 2024, no montante de R$23.164, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R$2.052, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2024:

- R$10.000 distribuídos como dividendos intercalares em 2024;
- R$2.608 referente aos dividendos mínimos obrigatórios, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira o permitir; e
- R$12.608 para constituição de reserva especial, devido a indisponibilidade de caixa da Companhia, a serem pagos como dividendos assim que a situação financeira o permitir.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**1.744**
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023	(1.744)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2024	2.608
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**2.608**

14. RECEITA

	2024	2023
Fornecimento bruto de energia elétrica (a)	63.667	61.114
Deduções à receita operacional (b)	(15.577)	(15.872)
Receita operacional líquida	**48.090**	**45.242**

a) Receita Bruta de Energia Elétrica

	Nº de consumidores (Não auditado)		MWh (Não auditado)		R$ Mil	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Fornecimento industrial	3	1	232.820	223.892	61.587	59.098
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	3.519	3.670
Suprimento a outras concessionárias	-	-	-	-	520	835
(-) reversão receita não faturada ano anterior	-	-	-	-	(3.670)	(5.000)
Transações com Energia na CCEE					1.711	2.511
Total	**3**	**1**	**232.820**	**223.892**	**63.667**	**61.114**

b) Deduções à Receita Operacional

	2024	2023
Cofins	845	1.519
PIS/Pasep	183	329
ICMS	10.892	10.473
	11.920	**12.321**
Encargos do consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	1.121	1.141
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	135	127
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	192	181
Empresa de Pesquisa e Expansão do Sistema Energético – EPE/MME	96	90
Taxa de Fiscalização Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	126	92
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.929	1.866
CDE sobre P&D	58	54
	3.657	**3.551**
TOTAL	**15.577**	**15.872**

15. CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS – PARCELA "A"

	2024	2023
Energia elétrica comprada para revenda		
Energia de curto prazo	6.296	1.087
Encargos de uso da rede de distribuição	5.000	4.899
	11.296	**5.986**

16. CUSTOS GERENCIÁVEIS – PARCELA "B"

	2024	2023
Pessoal e administradores (a)	2.673	2.586
Materiais	515	403
Serviços de terceiros (b)	5.570	4.536
Depreciação e amortização	3.083	2.964
Impostos e taxas	-	517
Provisões	9	(7)
Outras	149	155
TOTAL	**11.999**	**11.154**

(a) Pessoal e administradores	**2024**	**2023**
Pessoal		
Outros		
Remuneração	936	947
Encargos	353	322
Previdência privada	87	78
Participação nos lucros e resultados - PLR	145	135
Outros benefícios	614	458
Convênio de compartilhamento	461	565
Administradores	77	81
	2.673	**2.586**

17. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	1.744	2.591
Acréscimos moratórios sobre venda de energia	1.137	433
Variação monetária depósito judicial	4	5
Variação monetária de créditos tributários	7	314
PASEP e COFINS sobre receitas financeiras	347	-
Outras receitas financeiras	35	106
	3.274	**3.449**
Despesas financeiras		
Variação monetária	(144)	(138)
Outras Despesas Financeiras	(29)	(68)
	(173)	**(206)**
Resultado financeiro	**3.101**	**3.243**

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Convênio de compartilhamento								
Companhia Energética de Minas Gerais	-	-	213	255	-	-	(25)	(255)
Cemig Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	(678)	(502)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	431	294	-	-	(1.825)	(1.826)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	7.608	1.744	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R$25.216. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes nota explicativa nº 14.

FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Circulante								
Caixa e equivalentes	671	2.820	-	-	-	-	-	-
Investimentos temporários	1.504	6.189	-	-	17	99	-	-
Não circulante								
Investimentos temporários	567	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Investimentos temporários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	73	78
Participação nos resultados	20	17
Previdência privada	3	3
Total (1)	**96**	**98**

(1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Consumidores, concessionárias e permissionárias		12.757	12.757	7.236	7.236
Depósitos judiciais		547	547	543	543
		13.304	**13.304**	**7.779**	**7.779**
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	671	671	2.922	2.922
Investimentos temporários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	592	592
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	1.745	1.745	3.815	3.815
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	305	305	1.720	1.720
Debêntures		21	21	63	63
		2.742	**2.742**	**9.112**	**9.112**
		16.046	**16.046**	**16.891**	**16.891**
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores		(3.838)	(3.838)	(1.826)	(1.826)
Arrendamentos		(223)	(223)	(338)	(338)
		(4.061)	**(4.061)**	**(2.164)**	**(2.164)**

(1) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que

tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A hierarquia de valor justo prioriza as informações (inputs) das técnicas de avaliação e não as técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo. Em alguns casos, são utilizadas informações de diferentes níveis da hierarquia na mensuração do valor justo, sendo estas classificadas integralmente no mesmo nível de hierarquia de valor justo aplicável à informação significativa de nível mais baixo. Para os ativos e passivos reconhecidos ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se houve transferência entre os níveis da hierarquia, reavaliando a categorização definida.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente

monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez por meio de um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	3.355	400	20	135	(72)	3.838
Passivo de arrendamento	6	12	53	127	98	296
TOTAL	**3.361**	**412**	**73**	**262**	**26**	**4.134**

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela UHE Rosal. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

20. NOTAS DE CONCILIAÇÃO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentad no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

a) Conciliação do Ativo Societário e Regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa		869	-	869	2.963	-	2.963
Investimentos temporários		1.504	-	1.504	6.190	-	6.190
Consumidores, concessionárias e permissionárias		12.757	-	12.757	7.236	-	7.236
Tributos compensáveis		289	-	289	65	-	65
Outros ativos circulantes	21.2	453	-	453	377	-	377
TOTAL DO CIRCULANTE		**15.872**	**-**	**15.872**	**16.831**	**-**	**16.831**
NÃO CIRCULANTE							
Investimentos temporários		567	-	567	-	-	-
Tributos compensáveis		660	-	660	571	-	571
Tributos diferidos		-	-		-	-	
Depósitos judiciais		547	-	547	543	-	543
Imobilizado	21.1	57.519	37.098	94.617	54.474	39.150	93.624
Intangível	21.1	7.026	48	7.074	7.631	48	7.679
Outros ativos		203	-	203	323	-	323
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**66.522**	**37.146**	**103.668**	**63.542**	**39.198**	**102.740**
ATIVO TOTAL		**82.394**	**37.146**	**119.540**	**80.373**	**39.198**	**119.571**

b) Conciliação do Passivo Societário e Regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
CIRCULANTE							
Fornecedores		3.838	-	3.838	1.826	-	1.826
Obrigações sociais e trabalhistas		727	-	727	702	-	702
Impostos, taxas e contribuições		1.872	-	1.872	822	-	822
Imposto de renda e contribuição Social		176	-	176	126		126
Dividendos a pagar		2.608	-	2.608	1.744	-	1.744
Encargos setoriais	21.2	1.061	(2)	1.059	1.428	(2)	1.426
Convênio de compartilhamento		213	-	213	255	-	255
Outros passivos circulantes		103	-	103	96	-	96
TOTAL DO CIRCULANTE		**10.598**	**(2)**	**10.596**	**6.999**	**(2)**	**6.997**
NÃO CIRCULANTE							
Impostos. Taxas e contribuições		232		232	281		281
Tributos diferidos		652	-	652	594	-	594
Encargos setoriais		1.548	-	1.548	707	-	707
Provisões		94	-	94	85	-	85
Outros passivos não circulantes		169	-	169	269	-	269
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**2.695**	**-**	**2.695**	**1.936**	**-**	**1.936**
TOTAL DO PASSIVO		**13.293**	**(2)**	**13.291**	**8.935**	**(2)**	**8.933**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social		46.944	-	46.944	46.944	-	46.944
Reservas de capital		160	-	160	160	-	160
Reservas de lucros		21.997	-	21.997	24.334	-	24.334
Reserva de ajuste de avaliação patrimonial	21.1	-	37.148	37.148	-	39.200	39.200
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**69.101**	**37.148**	**106.249**	**71.438**	**39.200**	**110.638**
PASSIVO TOTAL		**82.394**	**37.146**	**119.540**	**80.373**	**39.198**	**119.571**

c) Conciliação do Resultado Societário e Regulatório

	Notas	2024			2023		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
RECEITA BRUTA		**63.667**	**-**	**63.667**	**61.114**	**-**	**61.114**
Fornecimento de energia elétrica		66.817	-	66.817	62.768	-	62.768
Suprimento de energia elétrica		520	-	520	(4.165)	-	(4.165)
Energia elétrica de curto prazo		(3.670)	-	(3.670)	2.511	-	2.511
TRIBUTOS		**(11.920)**	**-**	**(11.920)**	**(12.321)**	**-**	**(12.321)**
ICMS		(10.892)	-	(10.892)	(10.473)	-	(10.473)
PIS/Pasep		(183)	-	(183)	(329)	-	(329)
Cofins		(845)	-	(845)	(1.519)	-	(1.519)
ENCARGOS – PARCELA "A"		**(3.657)**	**-**	**(3.657)**	**(3.551)**	**-**	**(3.551)**
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(481)	-	(481)	(452)	-	(452)
Reserva Global de Reversão – RGR		(1.121)	-	(1.121)	(1.141)	-	(1.141)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		(1.929)	-	(1.929)	(1.866)	-	(1.866)
Taxa Fiscalização Serv. Energia Elétrica – TFSEE		(126)	-	(126)	(92)	-	(92)
RECEITA LÍQUIDA		**48.090**	**-**	**48.090**	**45.242**	**-**	**45.242**
CUSTOS NÃO GERENCIÁVEIS - PARCELA "A"		**(11.296)**	**-**	**(11.296)**	**(5.986)**	**-**	**(5.986)**
Energia elétrica comprada para revenda		(6.296)	-	(6.296)	(1.087)	-	(1.087)
Encargos de uso da rede de distribuição		(5.000)	-	(5.000)	(4.899)	-	(4.899)
RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		**36.794**	**-**	**36.794**	**39.256**	**-**	**39.256**
CUSTOS GERENCIÁVEIS - PARCELA "B"		**(11.999)**	**(2.052)**	**(14.051)**	**(11.154)**	**(2.052)**	**(13.206)**
Pessoal e administradores		(2.673)	-	(2.673)	(2.586)	-	(2.586)
Materiais		(515)	-	(515)	(403)	-	(403)
Serviços de terceiros		(5.570)	-	(5.570)	(4.536)	-	(4.536)
Arrendamentos e aluguéis		-	-		(27)	-	(27)
Seguros		-	-		(92)	-	(92)
Impostos e taxas		-	-		(517)	-	(517)
Depreciação e amortização	21.1	(3.083)	(2.052)	(5.135)	(2.964)	(2.052)	(5.016)
Provisões		(9)	-	(9)	7	-	7
Gastos diversos		(149)	-	(149)	(36)	-	(36)
RESULTADO DA ATIVIDADE		**24.795**	**(2.052)**	**22.743**	**28.102**	**(2.052)**	**26.050**
Resultado financeiro		**3.101**	**-**	**3.101**	**3.243**	**-**	**3.243**
Receitas financeiras		3.274	-	3.274	3.449	-	3.449
Despesas financeiras		(173)	-	(173)	(206)	-	(206)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		**27.896**	**(2.052)**	**25.844**	**31.345**	**(2.052)**	**29.293**
Despesas com tributos sobre o lucro		(2.680)	-	(2.680)	(1.454)	-	(1.454)
RESULTADO LÍQUIDO		**25.216**	**(2.052)**	**23.164**	**29.891**	**(2.052)**	**27.839**

d) Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	2024	2023
Patrimônio líquido societário	**101.249**	**110.638**
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Reavaliação - Custo atribuído	(37.148)	(39.200)
Patrimônio líquido regulatório	**64.101**	**71.438**

e) Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	2024	2023
Resultado do exercício societário	**23.164**	**27.839**
Efeito dos ajustes de práticas contábeis		
Reavaliação do custo atribuído	2.052	2.052
Total dos ajustes de práticas contábeis	**2.052**	**2.052**
Lucro líquido regulatório	**25.216**	**29.891**

As principais alterações entre os saldos apresentados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias e nas Demonstrações Financeiras Societárias são como segue:

21.1. Imobilizado e Intangível

Os efeitos são decorrentes das diferenças de práticas contábeis entre a contabilidade societária e a regulatória. Na adoção das normas internacionais de contabilidade em 2010, a Companhia registrou os ativos de geração utilizando o custo atribuído na data, conforme laudo de avaliação realizado por empresa avaliadora. Conforme MCSE, nas demonstrações contábeis regulatórias são estornados os saldos do ativo, da reserva de ajustes de avaliação patrimonial e a consequente depreciação e realização desses saldos no Resultado do Exercício.

21.2. Serviços em curso - serviço próprio (P&D e PEE)

Na contabilidade regulatória os valores referentes aos serviços em curso, relativos aos projetos financiados pelos recursos de P&D e PEE, são apresentados em serviços em curso, no caso do ativo, e em encargos setoriais, no caso do passivo. De acordo com a técnica de funcionamento 7.2.98 do MCSE, a compensação dos valores só poderá ser realizada quando da conclusão dos respectivos projetos.

****

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Andrea Marques de Almeida
Diretora

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador - CRC - MG - 121.569/O-7

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Pelo presente Termo de Responsabilidade, declaramos sob as penas da Lei a veracidade das informações apresentadas à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, expressando o compromisso de observância e cumprimento das normas, procedimentos e exigências estabelecidos pela legislação do setor elétrico, bem como da ciência das penalidades as quais ficaremos sujeitos. Estamos cientes que a falsidade das informações, bem como o descumprimento do compromisso ora assumido, além de obrigar a devolução de importâncias recebidas indevidamente, quando for o caso, sujeitar-se às penalidades de multa do Grupo V inciso XVII, da Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, bem como as previstas nos artigos 171 e 299, ambos do Código Penal.

Belo Horizonte, 30 de junho 2025

Outorgada: Rosal Energia S.A.

Marco da Camino Ancona Lopes Soligo
Diretor- Presidente

Andrea Marques de Almeida
Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

Bruno Phillipe Silvestre Rocha
Gerente de Contabilidade Financeira e Participações
Contador- CRC-MG-121.569/O-7

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 846, DE 11 DE JUNHO DE 2019
Art. 13º - Constitui infração do Grupo V:
(...)
XVII – Fornecer documentos ou informações falsas à ANEEL;

CÓDIGO PENAL
Art. 171 – Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento.
Art. 299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar, obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.